

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: PROCESSOS INDISSOCIÁVEIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Suzana dos Santos Cirilo¹
Érica Monale da Silva Gomes²
Geusa Duarte Ribeiro³

RESUMO

Planejamento e avaliação são dois temas de crucial relevância, quando se trata do ensino-aprendizagem. São processos intrinsecamente ligados, em que um fornece suporte para concretização do outro, tendo em vista a atuação da avaliação como orientadora do planejamento no processo de ação-reflexão-ação da prática docente. O objetivo desta pesquisa é analisar o planejamento e a avaliação como integrantes de um movimento ininterrupto. Enfatizando a avaliação escolar como meio de (re)planejar as ações didático-pedagógicas, e reconhecendo-a como instrumento que amplia a possibilidade de notar os avanços e rupturas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, que leva em consideração informações de estudos já realizados sobre o tema. A metodologia adotada foi a bibliográfica, embasada em autores como Luckesi (2020), Hoffmann (1992), Libâneo (1996), Vasconcelos (2010) e Azevedo (2013). Através deste estudo foi possível compreender que o planejamento e avaliação são processos intimamente ligados. A avaliação não é uma etapa isolada do planejamento, mas uma tarefa necessária em todo o processo de elaboração e execução do mesmo. Nesse sentido, o ato de planejar deve ser considerado um momento de autoqualificação, à medida que possibilita meios para que o educador verifique a qualidade do ensino que oferece e desse modo esteja em um contínuo processo de formação e aperfeiçoamento profissional.

Palavras-chave: Avaliação, Planejamento, Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Planejamento e avaliação são dois temas de crucial relevância, quando se trata do ensino-aprendizagem. São processos intrinsecamente ligados, em que um fornece suporte para concretização do outro, tendo em vista a atuação da avaliação como orientadora do planejamento no processo de ação-reflexão-ação da prática docente. Sendo assim, este artigo discute o planejamento e a avaliação como processos indissociáveis da prática pedagógica.

¹Mestranda do Curso de Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, suzana.182009@hotmail.com;

²Graduada do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, mmonale009@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, geusa40@hotmail.com



O planejamento é alicerce fundamental para a construção de uma educação transformadora. O maior compromisso do procedimento educativo está na crença de que é possível a mudança social. E esta deve refletir uma escola a qual promova uma aprendizagem pautada na construção de um planejamento sério e comprometido com a realidade dos estudantes.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, que leva em consideração informações de estudos já realizados sobre o tema. A metodologia adotada foi a bibliográfica, embasada em autores como Luckesi (2020), Hoffmann (1992), Libâneo (1996), Vasconcelos (2010) e Azevedo (2013).

1 O QUE É PLANEJAMENTO?

Em toda e qualquer ação humana, quando pensamos em uma forma de atender às nossas metas, estamos planejando. A ação de criar estratégias para se realizar uma tarefa é um planejamento. Nesse sentido, esse processo compreende toda a etapa de organização, preparação e estruturação de meios para se alcançar um determinado objetivo. Quando se trata das atividades referentes ao ambiente escolar, o planejamento surge como um elemento norteador da prática docente, um instrumento pelo qual contribuiremos para a formação de seres humanos tão diversos.



Libâneo (1994, p. 226) destaca que:

[...] o planejamento escolar é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista alcançar os melhores resultados possíveis.

Esse procedimento direciona e orienta a ação do professor e da escola. É uma atividade de reflexão acerca de nossas opções e ações. Antecipar as situações e propostas educativas, contribui para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem; sendo assim, as chances de sucesso no ambiente educacional são muito maiores, porque a prática educativa não vai ficar jogada ao acaso ou sujeita à mera improvisação.

Em muitos casos, o planejamento é apresentado e desenvolvido como se tivesse um fim em si mesmo. Em outros, é visto como um meio para se definir e aplicar técnicas eficazes visando à obtenção de resultados. Do ponto de vista educacional, podemos afirmar que “o planejamento é um ato político-pedagógico, posto que é detentor de intenções. Tal intencionalidade expõe o que desejamos realizar e o que pretendemos atingir” (Azevedo, 2013, p. 5).

É um processo que ocorre de modo contínuo e dinâmico, envolvendo reflexão, tomada de decisão, prática e acompanhamento. O objetivo no ato de planejar deve ser o de organizar a ação docente, sendo muito importante em todo o processo educacional, visto que implica em se ter conhecimento da realidade, escolher e estabelecer os meios para se atingir o fim desejado. Desse modo, planejar é nortear a prática docente.

1.1 TIPOS DE PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO

São quatro os principais níveis de abrangência, referentes ao planejamento em educação. Temos o planejamento educacional; o escolar; o curricular; e o de ensino. Vasconcellos (2000, p. 95) destaca que o Planejamento Educacional ou Planejamento do Sistema de Educação “é o de maior abrangência, correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais”. Abrange toda a dinamicidade da educação nos diferentes espaços que organiza, direciona ou gerencia a educação no país.

O Planejamento Escolar ou da Escola é a atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. Vasconcellos (2000, p. 95) destaca que

O planejamento da escola trata-se do que chamamos de projeto político-pedagógico ou projeto educativo, sendo esse plano integral da instituição, o



mesmo é composto de marco referencial, diagnóstico e programação. Este nível envolve tanto a dimensão pedagógica quanto a comunitária e administrativa da escola.

A sua construção deve envolver e articular todos os que participam da realidade escolar: corpo docente, discente e comunidade. Desse modo, deve ser participativo, dinâmico e flexível, definindo claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, visando a uma educação de qualidade transformadora e para todos dentro de uma gestão democrática. O PPP é o plano norteador do trabalho na instituição e deve expressar a filosofia da escola, os objetivos que se pretende alcançar, abrangendo toda a organização escolar, bem como seus pressupostos filosóficos, políticos, sociológicos e pedagógicos.

Quanto ao nível de abrangência, Vasconcellos (2000, p. 95) define o planejamento curricular enquanto

A proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pelas Escolas incorporados nos diversos componentes curriculares, sendo que a proposta curricular pode ter como referência os seguintes elementos: fundamentos da disciplina, área de estudo, desafios pedagógicos, encaminhamento, proposta de conteúdos, processos de avaliação.

Elaborado a partir do PPP, o Planejamento Curricular deve estar alinhado às propostas pedagógicas e filosóficas da escola e deve prever os diversos componentes curriculares que serão desenvolvidos ao longo de um curso (etapa de ensino), com a definição dos objetivos gerais e dos conteúdos programáticos de cada componente.

O Planejamento de Ensino é o “processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constante interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos” (Padilha, 2001, p. 33). Compreende as previsões de ações, as quais o professor pretende realizar com seus alunos, e como vai organizar o processo de ensino para oferecer uma melhor aprendizagem. Reflete as características básicas do plano curricular ou institucional, configurando-se como a fase de operacionalização, momento em que o professor organiza e sistematiza tudo o que será feito para ensinar.

1.2 PLANO X PLANEJAMENTO

É importante enfatizar que da ação de planejar resultará o plano. E este consiste em um documento que conterà a estratégia formalizada do planejamento para o registro de decisões do tipo: o que se pensa fazer; como fazer; quando fazer; com que fazer; ou



com quem fazer. Já o ato de planejar, é algo mais geral. Tem como base a discussão sobre fins e objetivos, exige a tomada de decisões. O plano aparece como um documento no qual sistematizamos a ação docente.

Durante o período letivo (ano ou semestre), o docente pode organizar pelo menos três tipos de planos para suas aulas. De acordo com a sua abrangência, podem ser classificados em três ordens de finalidades:

a) delinear, globalmente, toda a ação a ser empreendida no semestre ou em um ano letivo (Plano de Curso); b) disciplinar partes da ação pretendida no plano global (Plano de Unidade); e, c) especificar as realizações diárias para a concretização dos planos anteriores (Plano de Aula) (Azevedo, 2013, p. 10).

Ao planejar as ações educativas em sala de aula, o professor antecipa, de forma coerente e organizada, todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem, a fim de que tenha a real consciência do que ensina e quais objetivos espera atingir, de modo que nada fique fadado ao acaso. O planejamento é uma ferramenta indispensável ao trabalho docente, dado que ele é o fio condutor da ação educativa.

É importante enfatizar os requisitos necessários à elaboração de um plano de aula. Cabe lembrarmos de que o processo ensino-aprendizagem é formado por uma sequência articulada de fases, em que se precisa obedecer a uma lógica.

Essa lógica pode ser descrita, segundo Azevedo (2013, p. 11), da seguinte maneira:

A) Definição e apresentação dos objetivos e conteúdo; B) Desenvolvimento da matéria com base em métodos, técnicas e recursos; C) Verificação da consolidação da aprendizagem dos alunos por meio de atividades (exercícios, sistematização, leituras interpretativas etc.).

Há diferentes modelos de plano de aula, no entanto, todos eles obedecem a essa estrutura lógica. As abordagens diferenciam-se pela forma como tratam a temática, mas se afinam quanto aos seus elementos constitutivos.

2 PLANEJAMENTO: REFLEXÃO, AÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

O ambiente educacional é dinâmico e mutável. Assim, o planejamento não é algo a ser feito de uma única vez, já que precisa ser revisto, replanejado e atualizado de acordo com a necessidade. Nesse sentido, um elemento indispensável ao planejamento e que auxilia o professor na análise do efetivo aprendizado é a avaliação. Enquanto o



planejamento dimensiona o que se vai construir, “a avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso contribui em todo o percurso da ação” (Ribeiro, 2014, p. 11). Por meio da avaliação, é possível analisar a realidade e o nível de aprendizagem dos educandos, para que o planejamento caminhe de forma contextualizada com as suas necessidades educacionais dos discentes. Além disso, ela também atua como subsídio para verificação dos resultados e redimensionamento em direção à ação pedagógica.

Planejamento e avaliação, nessa concepção, fazem parte de um processo ininterrupto, “a avaliação ajuda a tornar mais claros os objetivos do que se quer atingir” (Libâneo, 1994, p. 201). Tendo em vista os objetivos, o próximo passo é planejar. Consecutivamente, haverá uma nova avaliação, seguida de um replanejamento e assim por diante. Refletir sobre a prática educativa é a forma mais comprometida com o ensino-aprendizagem e a avaliação crítica acerca do que realizamos possibilita adaptar as condições de aprendizagem às dificuldades próprias do aluno.

Luckesi (2005) comenta que,

Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. [...] A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (Luckesi, 2005, p. 118).

A avaliação enquanto prática pedagógica não deve estar desvinculada do projeto educacional em sua forma mais ampla. Ao contrário, deve subsidiá-lo, orientando-o por meio de práticas alternativas, possibilitando diagnosticar o processo de construção do conhecimento. É importante lembrar de que a avaliação é um dos processos que deve estar presente no planejamento e não como uma etapa isolada. Entretanto, só terá sentido se servir para o professor como instrumento reorientador do planejamento, por se tratar de uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor quanto dos alunos.

3 O QUE É AVALIAÇÃO?



Quando falamos em avaliação no processo ensino-aprendizagem, é importante destacar que essa prática é indispensável, uma vez que tudo só pode ser mensurado qualitativamente através de uma avaliação, a qual se concretiza por meio de objetivos previamente definidos pelo professor. Os resultados são utilizados para transformação da prática pedagógica docente e deve permear todo o processo educacional.

A avaliação não é um ato neutro, estático e técnico. Ela envolve toda ação intencional do professor sobre os conteúdos que foram aplicados em sala de aula. É através do ato de avaliar que o educador vai interpretar a realidade dos seus educandos, com base nas com base nas vivências destes e dos conhecimentos historicamente acumulados.

A avaliação da aprendizagem, mais especificamente, envolve e diz respeito diretamente a dois elementos do processo: educador/avaliador e educando/avaliando. Alguém (educando) que é avaliado por alguém (educador). Trata-se, portanto, de uma relação dual – o que significa que o professor é diretamente responsável pelas ações focadas em cada aprendiz (Hofman, 2015, p.2).

No entanto, o docente deve estar interessado em fazer com que seu aluno aprenda determinados conteúdo. Esta afirmação contraditória se justifica, porque ainda existem professores descompromissados com o ato de educar, assim como também há o sistema social que não investe os recursos necessários para uma educação de qualidade.

Muitos professores ficam desmotivados e não desempenham seu papel com excelência. Alguns estão interessados apenas na aprovação ou reprovação do educando, praticam o ato de verificação, causando medo nos estudantes, os quais ficam estudando sob a ameaça da reprovação. E esses docentes descompromissados, muitas vezes, fazem apenas o registro de notas no diário de classe.

Seguindo essa perspectiva, quando existe um posicionamento a respeito de estudantes com o rendimento inferior ao que foi estipulado, acabam fazendo uma mera revisão, objetivando apenas uma nota maior, não há a finalidade de uma aprendizagem significativa. Segundo Luckesi (2010, p.75), a dinâmica do ato de verificar encerra-se com a obtenção do dado ou informação que se busca, isto é, “vê-se” ou “não se vê” alguma coisa e pronto. Por si só, essa verificação não implica que o sujeito retire dela consequências novas e significativas. Diferente do ato de avaliar que não se encerra apenas com uma nota, porém, toma um posicionamento sobre o resultado. Luckesi (2010) propõe que

[...] a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de



decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando (Luckesi, 2010, p. 77).

O processo avaliativo não pode jamais ser reduzido à correção de testes e registro de notas, pois assim o professor estará fazendo apenas um julgamento superficial da aprendizagem. Se as correções das atividades, testes ou provas não resultarem em decisões pedagógicas que visem à continuidade do processo de ensino-aprendizagem, o professor descumpriu a finalidade da educação escolar. A avaliação deve seguir o ciclo ação-reflexão-ação, quebrando o paradigma sentencioso e classificatório da verificação. Ela deve nortear os caminhos para uma efetiva aprendizagem, favorecendo a troca de conhecimentos entre professor e aluno. Assim, o estudante se torna ativo e o docente será um mediador, estando junto do aluno e observando seus passos de forma individualizada.

3.1 TIPOS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

O estudioso Benjamin Bloom (2021), pesquisador da área educacional, destaca três tipos de avaliação: a *somativa*, a *diagnóstica* e a *formativa*. A somativa parte de um princípio hierárquico de quantificação, é uma das avaliações mais utilizadas no sistema educacional brasileiro. Caracteriza-se pela união de vários instrumentos avaliativos que acontecem durante um período letivo e o resultado é utilizado como reflexo da aprendizagem do educando. De acordo com Garcia (1999, p. 41), citado por Melo e Bastos (2012, p. 185),

O prazer de aprender desaparece quando a aprendizagem é reduzida a provas e notas; os alunos passam a estudar para se dar bem na prova e para isso têm de memorizar as respostas consideradas certas pelo professor ou professora. Desaparecem o debate, a polêmica, as diferentes leituras do mesmo texto, o exercício da dúvida e do pensamento divergente, a pluralidade. A sala de aula se torna um pobre espaço de repetição, sem possibilidade de criação e circulação de novas ideias (Garcia, 1999, p. 41 apud Melo; Bastos, 2012, p. 185).

Esse tipo avaliativo tem dois objetivos finais, o de aprovação ou reprovação. A aprovação certifica que o aluno está qualificado para a etapa educacional seguinte. Durante esse processo avaliativo, o aluno acostuma-se a estudar somente para realização de provas, sem despertar o real desejo de aprender, uma vez que as provas sempre serão solicitadas à medida que os conteúdos vão sendo abordados. Ao trabalhar dessa maneira, o docente realiza um trabalho de forma fragmentada, desqualificando o trabalho



pedagógico. Essa prática avaliativa não leva em consideração os aspectos individualizados de cada educando.

Sobre a avaliação diagnóstica, como o próprio nome já diz, trata-se de um modelo no qual o professor irá fazer um levantamento prévio dos conhecimentos de seus estudantes, a partir desse levantamento o docente irá desenvolver seu plano de aula, traçando objetivos que condizem com a realidade da turma.

Esse tipo de avaliação pode ser usado para diferentes finalidades: conhecer o aluno; identificar as principais dificuldades de aprendizagem; verificar se o estudante aprendeu ou não determinados conteúdos; identificar o que pode ter ocasionado isso; ou replanejar o trabalho pedagógico. Ela ainda possibilita ao docente detectar as falhas ocorridas durante o processo de ensino-aprendizagem, a tempo de desenvolver outras formas de alcançar os objetivos propostos inicialmente, já que uma de suas funções principais é a garantia de que todos os educandos tenham a possibilidade e a capacidade de aprender.

Na avaliação formativa, temos como foco ensinar ao aluno. Mantém estreita ligação com a diagnóstica, pois é a partir de um *feedback* que o docente irá elencar recursos para superar os déficits encontrados, almejando a efetivação da aprendizagem. É o tipo de avaliação que transforma a prática pedagógica e auxilia na construção de conhecimentos, visto que ilumina os caminhos para uma aprendizagem significativa.

A participação do professor nesse processo é bem mais intensa, uma vez que ele deve estar mais comprometido com todo o processo formativo do estudante. Nesse contexto, a avaliação torna-se um auxílio qualitativo desse percurso, cujos progresso e fracasso são importantes para traçar metas e estratégias que auxiliarão os educandos. Deve-se compreender o *feedback* como elemento mediador, que considera a realidade escolar como ponto de partida para o alcance das metas traçadas no Projeto Político Pedagógico da escola.

3.2 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Quando falamos em instrumentos avaliativos, o que vem a nossa mente são as tradicionais provas que acontecem bimestralmente em algumas instituições que buscam apenas medir, de modo superficial, o desempenho escolar dos estudantes por meio de notas que, infelizmente, não demonstram os avanços que o estudante obteve ao longo do tempo avaliado.



Existe uma diversidade de instrumentos auxiliares deste processo de classificação dos conhecimentos, cabe ao docente escolher o que mais se adequa ao seu contexto. Alguns optam por métodos mais quantitativos de classificação, outros, pelos qualitativos. Os métodos qualitativos levam em consideração os aspectos individuais do educando, está muito associado à empatia, dado que permite a compreensão da realidade na qual se encontra o indivíduo.

Segundo Hoffmann (1992, p. 32), citado por Souza (2009, p. 1),

a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo, portanto, ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório. Por conseguinte, não existe instrumento de avaliação capaz, por si só, de detectar a totalidade do processo de conhecimento de uma pessoa. Por isso, faz-se necessário pensar em instrumentos diversificados e possíveis de atender às especificidades do desenvolvimento e aprendizagens das crianças (Hoffmann, 1992, p. 32 apud Souza, 2009, p. 1).

Assim, os instrumentos avaliativos são essenciais ao trabalho pedagógico bem-sucedido, pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) chegou para modificar alguns aspectos dos tradicionais métodos avaliativos, tendo em vista que ela visa o aluno como protagonista de seu processo de ensino-aprendizagem, o que contribui para seu desenvolvimento pleno.

Em meio à diversidade de instrumentos avaliativos existentes, iremos focar em apenas cinco, os quais consideramos mais significativos para um aproveitamento pedagógico. É importante destacar que o padrão de avaliação deve ser sempre formativo, vejamos:

Autoavaliação	Leva em consideração o fato de que os estudantes estão em um processo e que precisam atuar sobre ele, permitindo que os próprios discentes meçam seus conhecimentos sobre determinado conteúdo. Esse tipo de avaliação exercita a empatia, pois estamos colocando esses alunos no lugar do professor.
Testes tradicionais	Fazem parte da avaliação formativa; mas, cabe ao professor utilizar os resultados de forma que favoreça à prática pedagógica, pois o mesmo aceita que o erro faz parte do processo, diferente das meras provas tradicionais que têm um fim em si mesmas.
Simulados	Servem para preparar os estudantes para um determinado exame ou prova, como por exemplo para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
Seminários	Promovem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Trata-se de uma metodologia ativa, na qual os alunos manifestam suas opiniões sobre um conteúdo específico em sala de aula para seus colegas e professores. Quebrando o paradigma que só o professor é o detentor do conhecimento.
Trabalhos em grupo	Também estimulam a curiosidade e o protagonismo estudantil. Em grupos, é possível lidar com opiniões divergentes para juntos chegarem a um consenso. Esse tipo de instrumento avaliativo favorece a diversidade e o enfrentamento do <i>bullying</i> escolar.



Vale mencionar que as sugestões supracitadas são exemplos da avaliação formativa que os professores podem incluir na sua prática pedagógica. Tais instrumentos advêm da necessidade de superar os paradigmas tradicionais de avaliação, visto ser possível fazer um acompanhamento mais aprofundado e individual dos educandos. É uma alternativa que busca compreender os alunos, tornando-os mais ativos no processo de ensino-aprendizagem. E isso lhes possibilita mais progresso na absorção dos conhecimentos, o que pode ser atestado através dos *feedbacks* das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as abordagens supracitadas, percebemos que o planejamento permite direcionar as ações educativas e construir práticas de ensino mais problematizadoras. Planejar significa fazer escolhas, mas, para bem fazê-las, é necessário sobretudo conhecer a realidade na qual se vai atuar, para traçar o melhor caminho e estabelecer as bases que subsidiarão a aprendizagem dos educandos. Sendo assim, avaliação e o planejamento atuam na prática pedagógica em uma relação contínua, em que o professor avalia antes de planejar; planeja o que vai executar; e avalia os resultados para novamente planejar e atuar.

Tendo em vista os argumentos citados, conclui-se que planejamento e avaliação são processos intimamente ligados. A avaliação não é uma etapa isolada do planejamento, mas uma tarefa necessária em todo o processo de elaboração e execução do mesmo. O que implica em uma reflexão crítica sobre a prática docente, no sentido de observar os avanços e dificuldades ao longo do processo educativo, com vistas a desenvolver meios que subsidiem a superação de obstáculos que impedem a aprendizagem dos alunos.

Esse processo exige do professor estudo, reflexão e ação, assim como o compromisso com a construção de um planejamento sério e comprometido com a realidade dos estudantes. Nesse sentido, o ato de planejar deve ser considerado um momento de autoqualificação, à medida que possibilita meios para que o educador verifique a qualidade do ensino que oferece e desse modo esteja em um contínuo processo de formação e aperfeiçoamento profissional.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Planejamento docente na aula de história: princípios e procedimentos teórico-metodológicos. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 14, jan-jun., 2013, Feira de Santana-BA, Brasil, 2013, p. 3-28. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>. Acesso em: 04 jan. 2021.

HOFFMANN, Jussara. **Avanços nas concepções e práticas da avaliação**. [S.l.:s.n.] Disponível em: <http://pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/atlas/Texto1JussaraHofman.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?** [S.l.:s.n.] Disponível em: <http://titan2.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seducdir/download/avaliacao.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MELO, E,S; BASTOS, W, G. **Avaliação escolar como processo de construção do conhecimento**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 180-203, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1735/1735.pdf> Acesso em 16.set.2025

NETO, A, L, G, C; AQUINO, J, L, L, F. **A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.02, p.223-240, ago. 2009. Disponível em:[NETO E AQUINO.pdf](#). Acesso em: 22.jan. 2021

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

RIBEIRO, Verônica Nunes de Carvalho. **Planejamento Educacional: Organização de Estratégias e Superação de Rotinas ou Protocolo Institucional**. Divisão de Formação Docente. Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.difdo.diren.prograd.ufu.br/Documentos/Texto2-Planejamento-Educacional.pdf>. Acesso: 04 jan. 2021.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

